



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 14, v. I, nov.2020-abr.2021
p. 263-289.

Homossexualidade e direitos sexuais em África: percepções e discursos de africanos residentes no Brasil¹

(Homosexuality and sexual rights in Africa: perceptions and discourses of Africans residing in Brazil)

(Homosexuality and sexual rights in Africa: perceptions and discourses of Africans residing in Brazil)

Ercílio Neves Brandão Langa²

RESUMO: Este artigo aborda a homossexualidade no continente africano, bem como as percepções e discursos existentes sobre ela entre africanos residentes no Brasil. Discutir sobre homossexualidade em África não apresenta tarefa fácil. Além de ser assunto tabu em muitas sociedades africanas, há dificuldades em se obter dados sobre esta prática sexual pouco documentada no continente. Desde o início do século XXI que se verificam discursos acirrados, atuações de governos e estadistas africanos contra a homossexualidade. As ações vão de pronunciamentos individuais e notícias na mídia incitando à violência contra homossexuais; a votação de leis nos parlamentos criminalizando a prática, condenações à prisão e a penas de morte de homossexuais, violando seus direitos. Para além do ensaio, utilizando revisão bibliográfica e pesquisa documental, faço uma reflexão a partir dos dados da pesquisa de campo realizada com africanos residentes na cidade de Fortaleza-CE. A pesquisa mostrou uma reprodução de parte dos discursos existentes em África, mas também a aceitação da prática na diáspora. Nesse contexto, o debate sobre os direitos de LGBTI's em África mostra-se importante e urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade em África. Discursos. Africanos residentes no Brasil.

Abstract: This article addresses homosexuality in the African continent, as well as the perceptions and discourses on the matter among Africans residing in Brazil. Discussing homosexuality in Africa is no easy task. In addition to being a taboo subject in many African societies, there are issues related to obtaining data on this poorly documented sexual practice on the continent. Since the beginning of the 21st century there have been fierce debate and measures by African governments and statesmen against homosexuality. These measures range from individual announcements and media news inciting violence against homosexuals; the voting of laws in parliaments criminalizing the practice, prison sentences and the death penalty of homosexuals, violating their rights. In addition to the use of literature review and documentary research, I reflect on the data from field research conducted with Africans living in the city of Fortaleza, Ceará. The results showed a partial reproduction of the existing discourses in Africa, but also the acceptance of the practice in the diaspora. In this context, the debate on LGBTI's rights in Africa is important and urgent.

Keywords: Homosexuality in Africa. Discourse. Africans living in Brazil.

Resumen: El artículo aborda la homosexualidad en el continente africano, así como las percepciones y discursos al respecto entre los africanos que viven en Brasil. Discutir la homosexualidad en África no es una

¹Versões deste artigo foram apresentadas no VI Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH) em Salvador, em dezembro de 2012.

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab.). E-mail: ercilio.langa@gmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 06/01/20

Aceito em 08/10/20

tarea fácil. Además de ser un tema tabú en muchas sociedades africanas, existen dificultades para obtener datos sobre esa práctica sexual mal documentada en el continente. Desde principios del siglo XXI, ha habido feroces discursos, acciones de gobiernos africanos y estadistas contra la homosexualidad. Las acciones van desde pronunciamientos individuales y noticias en los medios que incitan a la violencia contra los homosexuales hasta la votación de leyes en los parlamentos que penalizan la práctica, las condenas, el encarcelamiento y las penas de muerte de los homosexuales, violando sus derechos. Además del ensayo que utiliza la revisión de la literatura y la investigación documental, se reflexiona sobre los datos de la investigación de campo realizada con africanos que viven en la ciudad de Fortaleza, CE. La investigación mostró una reproducción de parte de los discursos existentes en África, pero también la aceptación de la práctica en la diáspora. En este contexto, el debate sobre los derechos de LGBTI en África es importante y urgente.

Palabras clave: Homosexualidad en África. Discursos. Africanos viviendo en Brasil.



1. Introdução

Por que os estados africanos proibiriam e criminalizariam uma prática que não existe no continente? Por que analisar a homossexualidade em África com ‘lentes’ ocidentais? Como conciliar direitos individuais e direitos coletivos em sociedades consideradas comunitárias? Este artigo aborda a homossexualidade no continente africano na ótica dos direitos humanos. Na primeira parte apresento os debates públicos sobre a homossexualidade em África, num contexto caracterizado pelo tabu, preconceito, discriminação consentida e homofobia. Num segundo momento analiso o ‘estado da arte’ das discussões acadêmicas, particularmente, o embate entre pesquisadores ocidentais e africanos. No terceiro segmento do texto, faço uma contextualização sobre a temática, apresentando os principais fatos históricos e atores envolvidos. Por último, utilizando dados da minha pesquisa de campo, discuto sobre as percepções e discursos acerca da homossexualidade entre os africanos residentes no Brasil.

2. Tabu, Acusações, Preconceito e Discriminação Consentida

Em vários países africanos, os debates e discursos públicos acerca da homossexualidade apresentam-se difíceis nos 54 países que constituem o continente. Nos últimos anos, ao invés de avanços, os debates apresentam retrocessos, com diversos governos consentindo com a discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTI’s), criminalizando e penalizando as relações homossexuais, tidas como “perversão”, “influência e prática importada do Ocidente” e “contra as tradições africanas”. Nesse contexto, o continente africano apresenta distintas realidades que convergem para a negação da existência da homossexualidade e não aceitação da diversidade sexual.

As relações homossexuais são punidas com pena de morte em países, majoritariamente islamizados como a Mauritânia, Nigéria, Somália e Sudão. Tais relações também são criminalizadas com penas ‘duras’ de prisão, que variam entre sete a dezessete anos de cadeia, em países com percentual relevante de católicos, como Uganda, Zâmbia, Zimbábwe, assim como no Egito, Marrocos e Tunísia, estados com maioria de população muçulmana e dirigidos por governos teocráticos, em que a religião e o estado se confundem. Nesses países, tem-se verificado prisões arbitrárias, desaparecimentos em circunstâncias estranhas, bem como assassinatos de LGBTI’s assumidos e de ativistas a favor dos direitos das minorias sexuais.



A homossexualidade é proibida, mas, ao mesmo tempo, não é criminalizada na maioria dos estados,³ dentre eles, Angola, Argélia, Botswana, Burundi, Camarões, Ilhas Comores, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Ghana, Guiné-Conakry, Guiné-Equatorial, Kenya, Libéria, Líbia, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, São-Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Swazilândia, Tanzânia e Togo. Nesses países, por causa da repressão, existem normas não escritas segundo as quais a homossexualidade tem que ser vivida com discrição (SERENA, 2014).

As relações homossexuais são ‘aceitas de forma silenciosa’ em cerca de dezesseis estados, a maioria localizados na África Central nos governos de países como Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, República Centro Africana, Chade, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibouti, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Ruanda, Lesotho e, Madagascar. Os LGBTI’s são reconhecidos por lei somente em dois países – a África do Sul, há quase uma década, foi o primeiro país africano e quinto no mundo a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o Gabão que o fez há menos de dois anos – que garantem direitos iguais de cidadania a LGBTI’s, comuns a todos os cidadãos.

Relativamente aos discursos, cabe aqui recordar que, na década 80 do século XX, o presidente do Zimbábwe afirmou que “os homossexuais eram iguais a cães e porcos”, declarações essas repetidas em fevereiro de 2012. No passado, outras figuras públicas do continente, como Winnie Mandela, classificaram essa prática como ‘não- natural’. Já na primeira e segunda décadas do século XXI, no Kenya, Uganda e Nigéria apresentaram-se projetos de leis criminalizando a prática com duras penas de prisão e, em alguns casos, publicaram-se listas com nomes de homossexuais em jornais de grande circulação. Essas ações contaram com o apoio de líderes religiosos cristãos e muçulmanos.

Nesse contexto, em 2011, o ativista ugandês David Kato (1964-2011) foi assassinado em sua casa, três meses após um jornal local publicar que ele era gay. Kato não pôde ser enterrado em paz devido aos tumultos que se seguiram. Em fevereiro do ano 2012, o estadista ugandês Yoweri Museveni afirmou que “os ocidentais veem às nossas escolas para recrutar os jovens à homossexualidade, é uma ameaça que devemos combater” (SERENA, 2014). No mês de março do mesmo ano, a estadista da Libéria e prêmio Nobel da Paz do ano de 2011, Ellen Johnson-Sirleaf, primeira mulher eleita presidente de um país africano, quando questionada

³ Utilizo aqui uma classificação e terminologia distintas da comumente empregadas na mídia, segundo a qual, “a homossexualidade é ilegal em trinta e oito países africanos”, usando a dicotomia *legal* e *ilegal*. Assim, utilizo o termo “proibido” por achar mais adequado às sociedades e países africanos, onde predomina o direito consuetudinário e, as prescrições não têm caráter jurídico. À rigor, na África contemporânea, as fronteiras entre o que é legal e ilegal, lícito e ilícito não são fixas, são porosas e transitam entre si.



acerca da legislação que penaliza os LGBTI's existente no seu país, defendeu a criminalização da homossexualidade, afirmando que “não tocaremos nesta lei, há certos valores tradicionais de nossa sociedade que temos que preservar”. Em fevereiro de 2014, o presidente da Gâmbia, ao falar acerca da homossexualidade em um discurso, afirmou: “lutaremos contra esta peste como fazemos com os mosquitos que causam a malária ou, incluindo, de um modo mais violento”.

Nesse cenário, o ano de 2013 foi bastante difícil para as minorias LGBTI's no Kenya e no Uganda. No Uganda, um líder parlamentar comparou a homossexualidade ao terrorismo e, em agosto do mesmo ano, um deputado do partido no poder apresentou um projeto de lei denominado de “Lei de Gestão da Ordem Pública”, que incluía também a “Lei Antipornografia” e a “Lei Antihomossexualidade”, restringindo reuniões públicas, reprimindo a pornografia e criminalizando as relações homossexuais com duras penas de prisão. Tal projeto de lei também dava poderes à polícia para prender arbitrariamente pessoas percebidas ou identificadas como LGBTI's, inclusive quando estas procurassem as delegacias para denunciar crimes praticados contra si. Três semanas após a apresentação do referido projeto de lei, publicaram-se listas com nomes de ‘possíveis’ homossexuais num jornal de grande circulação no país (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

De acordo com esta instituição, entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, após tramitação e promulgação pelo Parlamento do projeto de lei discriminatório e que violava os direitos humanos fundamentais garantidos pela própria Constituição do Uganda, houve um aumento da repressão policial, das discriminações sexual e de gênero, da violência, de remoções forçadas, de ataques de gangues e de perdas de emprego, criando uma onda de ‘terror’ que atingia, particularmente, os LGBTI's e as mulheres. Estes indivíduos também ficaram receosos de ir aos serviços públicos de saúde. Em agosto de 2014, menos de um ano após a sua entrada em vigor, a lei contra a homossexualidade foi anulada, devido às pressões, em particular, de organismos internacionais e dos países ocidentais, que constituem os principais doadores econômicos do Uganda (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014). Assim, diversas ONGs africanas e europeias que atuam na área de direitos humanos em África, bem como os países ocidentais, acusam os governos africanos de homofobia e de fundamentalismo religioso. Dentre essas organizações a favor dos direitos humanos sobressaem a Organização das Nações Unidas (ONU), Human Rights Watch (HRW) e Anistia Internacional (AI), esta última organização popular global está presente em mais de cento e cinquenta países e tem mais de sete milhões de seguidores, se destacando pela realização de ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente



reconhecidos sejam respeitados e protegidos por todos os estados, sendo a entidade que combate com maior convicção a homofobia no mundo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

Recentemente, a Comunidade Internacional, a ONU e países do mundo ocidental europeu, a UE, os EUA e Canadá – que constituem os principais doadores da ajuda externa dos estados africanos – bem como as diversas ONGs europeias e africanas que atuam na área de direitos humanos no continente, tentaram persuadir os países africanos a mudarem suas leis e envidar esforços para descriminalizarem a homossexualidade, baseados da Resolução 17/19 da ONU que defende os direitos das minorias sexuais. Também acusam os governos africanos de violação dos direitos humanos da população LGBTI, homofobia, prisões arbitrárias, assédio e fundamentalismo.

Entretanto, diversos estados africanos votaram contra tal Resolução e seus governos e autoridades defendem-se de tais acusações, baseando-se em códigos civis e penais, leis e constituição de seus países que criminalizam as relações homossexuais e não preveem outros tipos de relações afetivosexuais entre os cidadãos, senão as heterossexuais. Percebe-se, claramente, que em distintos países africanos, jornais e revistas têm fomentado campanhas contra a homossexualidade para aumentar o número de tiragens, assim como, estadistas e políticos têm fomentado o ódio contra as minorias sexuais para aumentar a popularidade ou até conseguir votos nas eleições. Assim, o debate público sobre a homossexualidade é desigual, marcado pela intransigência, violência e discriminação consentida pelos governos, muitas vezes, incitada pelos meios de comunicação e informação.

3. O Debate Acadêmico e o ‘Estado da Arte’ das Discussões

No debate acadêmico sobre a homossexualidade em África, destaco o texto fundante do antropólogo britânico Evans-Pritchard (2012) acerca da *inversão sexual* entre os *Azande*, um povo nilótico, localizado no atual Sudão do Sul. Neste estudo realizado entre a década de 1920 e 1930, Pritchard mostra a existência de relações afetivosexuais entre guerreiros casados e rapazes solteiros com e sem penetração, nas quais os últimos viviam temporariamente nas cabanas dos primeiros, tornando-se rapazes-esposas.

De acordo com o autor, tal prática acontecia devido à escassez de mulheres disponíveis para casamento, num contexto em que os homens ricos tinham verdadeiros haréns de mulheres, causando desequilíbrio nupcial na sociedade *Azande*. Assim, logo que conseguiam dinheiro e gado para se casarem, esses jovens casavam-se com mulheres, vivendo uma relação



heterossexual. Na mesma sociedade, era comum relações afetivas entre mulheres por conta da poligamia em larga escala, desde que tivessem a permissão dos seus esposos. Tais relações entre pessoas do mesmo sexo era corriqueiro, principalmente, entre os ricos e particularmente dentro da realeza (EVANS-PRITCHARD, 2012).

Ademais, diversos estudos contemporâneos realizados em África demonstram a existência de envolvimento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, em distintos contextos. Na atualidade, relatórios e estudos, entre os quais Stephen Murray e Will Roscoe (1998), Charles Gueboguo (2006), bem como Neville Hoad (2007) e a Associação Lambda (2010; 2013), demonstram a existência de interações homoafetivas em distintos contextos africanos: sociedades urbanas; entre as classes mais escolarizadas e oligarquias; trabalhadores em trânsito, caminhoneiros de longos percursos; trabalhadores em situação de confinamento ou morando distantes de suas terras de origem: mineiros, presidiários, militares, guerrilheiros, madeireiros etc.

Muitas vezes, tais interações não põem em causa a masculinidade ou a orientação sexual desses sujeitos que não se identificam como homossexuais, gays ou lésbicas, mas homens que fazem sexo com homens (HSH), mantendo, ao longo da vida, uniões afetivas ‘estáveis’ com pessoas do sexo oposto. No cenário africano, alguns agentes – minorias sexuais organizadas em associações, comunidades, clubes e bares e cidadãos individualmente – assumem, publicamente, a homossexualidade. Normalmente, esses atores estão estabelecidos em regiões urbanas e pertencem às classes médias e altas africanas, ‘saindo do armário’ conforme a posição, o *status* e o contexto social vivenciado no país e cidade.

Em tais debates, pesquisadores africanos como o sul-africano Thabo Msibi (2014) acusam os teóricos ocidentais de partirem de seus ‘lugares de fala’, tomando a homossexualidade como um dado adquirido, bem como de não tomarem em consideração as realidades históricas e os contextos africanos, exportando sua visão acerca da sexualidade e gênero para sociedades não-ocidentais. De acordo com este autor, nas suas análises, os autores ocidentais não tomam em conta as realidades contextuais, histórico-políticas, as experiências e condições vivenciadas pelas populações africanas.

Nessa perspectiva, Msibi (2014) esforça-se por demonstrar a natureza ocidental e totalizante da teorização sobre a sexualidade e sobre desejo entre pessoas do mesmo sexo, cuja produção ocorre sem a participação de intelectuais do ‘Sul’. Na sua ótica, as práticas e políticas homossexuais em África não podem ser assumidas como sendo semelhantes às do mundo Ocidental, porque o continente vive assombrado pelo colonialismo e imperialismo, que tendem a



‘apagar’ a perspectiva nativa africana acerca da homossexualidade, substituída em grande parte pelas concepções cristãs e/ou ocidentais.

Num artigo acerca desta temática, o pesquisador brasileiro Luiz Mott (2005) faz uma arqueologia dos casos de sodomia nos arquivos da Inquisição e na Torre do Tombo, em Portugal. Utilizando-se, muitas das vezes, da própria terminologia colonial e, ocasionalmente, de uma linguagem romântica, o autor parece partilhar dessa visão ocidental sobre as sociedades africanas. No seu texto, Mott (2005) apresenta casos de relações homoafetivas de cidadãos portugueses com escravos africanos, com cabos militares e outros afrodescendentes de origem humilde, que ocorriam nas colônias africanas. Tais cidadãos europeus a serviço da metrópole – governadores, padres, comerciantes ricos, militares — ocupavam diversos cargos de poder e prestígio. Dessa forma, o autor ignora as relações de poder e de dominação, visto que, muitas das vezes, os europeus usavam da força nessas relações homoafetiva, e ignora que muitos dos homens africanos e afrodescendentes sodomizados faziam-no em troca de dinheiro, refeições e bens materiais.

Ao abordar sobre a sexualidade e os direitos sexuais das mulheres na Gâmbia, um país muçulmano, a ativista Isatou Touray (2008) discute distintas facetas da sexualidade feminina neste território africano, dentre as quais o nascimento de meninas, a mutilação genital feminina, os casamentos prematuros, a poligamia e a poliginia, o abuso sexual, o estupro no casamento, o tráfico de mulheres, a menopausa e a homossexualidade feminina. Esta feminista aponta que o Islã tem sido influente na construção das experiências de sexualidade neste país e, por causa disso, os temas relativos ao desejo e prazer sexuais tem como marco os relacionamentos heterossexuais. Ela mostra que diferentes escolas de pensamento islâmico desenvolveram construções diferenciadas da sexualidade feminina.

No tocante à homossexualidade feminina, a autora afirma que a prática constitui tabu na Gâmbia e muitos não acreditam que existam. Assim, a homossexualidade não é reconhecida nem é socialmente aceita, é vista como uma prática cultural estrangeira exercida por pessoas perdidas psicológica e espiritualmente. No entanto, as relações homoafetivas entre mulheres são mantidas em segredo por conta da rejeição social, num contexto em que a homossexualidade feminina é historicamente associada às famílias poderosas. Ela ressalta a necessidade de pesquisas acerca dos relacionamentos sociais alternativos como forma de resistência numa sociedade gambiana patriarcal e em que medida tais relações dão espaço para que as mulheres expressem sua sexualidade e tenham o controle de seus corpos (TOURAY, 2008).



Por sua vez, a estudiosa e ativista de direitos humanos Sylvia Tamale (2008) foca sua atenção na sexualidade das mulheres africanas, analisando o erotismo, a sensualidade e os segredos entre as mulheres *bagandas*. Esta feminista ugandesa chama atenção para os rituais de iniciação femininos designados de *Ssenga*. A autora argumenta que o ritual *Ssenga* tem como pano de fundo o patriarcado e o legado da colonização, num contexto em que os colonizadores elaboraram construções dos africanos e africanas como seres dissolutos e hiper sexuais, tendo, dentre várias consequências, a repressão e a vigilância intensificada da sexualidade feminina.

Para Tamale (2008), os colonizadores atuaram como parceiros dos patriarcas africanos para desenvolverem leis consuetudinárias inflexíveis que, aos poucos, se converteram em novas estruturas e formas de dominação, bem como lançaram mão de estratégias jurídicas e políticas e também de discursos higienistas e de saúde. Dessa forma, os costumes tradicionais foram reconfigurados de forma que as novas práticas sexuais, tabus e estigmas fossem introduzidos. Para ela, com a adoção do Cristianismo, as populações africanas foram obrigadas a rejeitar crenças e valores anteriormente aceites e a adotar os ‘modos civilizados’ dos brancos, um novo *script* vitoriano, moralista, anti-sexual e de vergonha com o corpo foi inscrito nos corpos das mulheres africanas, bem como um elaborado sistema de controle.

Na sua ótica, em África, embora a sensualidade e o erotismo das mulheres sejam reconhecidos no Uganda, sua sexualidade é muito temida. Já a heteronormatividade é promovida sistematicamente e, geralmente, as mulheres são impedidas de expressarem sua sexualidade na via pública. A autora cita, como exemplo, um caso de 2005, quando um grupo de quatro mulheres organizou e montou a peça teatral “monólogos da vagina” da autora Eve Ensler, com qual pretendiam celebrar a sexualidade feminina e destacar a violência sexual contra as mulheres. Entretanto, a peça foi banida pelo governo ugandês argumentando que seu título “ofendia as sensibilidades culturais”, que seu conteúdo era “demasiado obsceno” e “promovia o lesbianismo em Uganda”. Na ótica da autora, com essa atitude, o estado ugandês patriarcal revelava seu autoritarismo e seu temores em relação à liberdade sexual das mulheres (TAMALE, 2008).

Ao abordarem acerca da homofobia, Awondo, Geschiere e Reid (2012) questionam se a África é homofóbica, propondo uma visão diferente. Estes autores de nacionalidade camaronesa, holandesa e sul-africana, respectivamente, argumentam que na primeira década do século XX a homossexualidade emergiu como tema central nos debates públicos em diferentes países do continente, mas que a história desta prática é antiga, pelo menos na África Subsaariana. Entretanto, verifica-se uma imagem estereotipada, na qual a África é vista como homofóbica. Tal



imagem de África como continente homofóbico tem sido cristalizada pela mídia internacional e promovida por autoridades tradicionais, líderes políticos e chefes de Estado com o argumento de que a prática constitui uma depravação importada do mundo ocidental, tendo como exemplo as declarações de chefes de Estado do Zimbábue, da Namíbia, do Uganda e do Ghana, bem como as tentativas de criminalização jurídicas acontecidas no Uganda, Camarões e Nigéria. Nesse debate, os autores acusam a mídia ocidental de concentrar apenas declarações homofóbicas de políticos e líderes religiosos africanos, ignorando a existência de um debate interno e as diferentes visões sobre o tema.

Segundo Awondo, Geschiere e Reid (2012), a homofobia também foi moldada pelo contexto pós-colonial, muitas vezes de formas bastante complicadas, apontando como exemplo a atuação de ativistas gays globais da chamada “Gay International” para designar o conglomerado constituído por grande parte de organizações ocidentais de gays e lésbicas que podem ser bem intencionadas, mas que tiveram um efeito destrutivo em África, visto que o movimento enfatiza a imposição discursiva homo *versus* hetero como uma díade universal implícita na ideia de uma identidade gay global, correndo o risco de reprimir desejos e práticas locais entre pessoas do mesmo sexo que não são assimiladas pela epistemologia da International Gay. Com o artigo, o trio de autores tenta neutralizar essa imagem homogênea de uma África homofóbica por meio de uma discussão mais matizada que inclui a comparação de realidades de diferentes trajetórias da homossexualidade como questão pública em quatro países distintos: Senegal, Camarões, Uganda e África do Sul.

Na ótica destes autores, um melhor entendimento do que é vago e incorretamente chamado de homofobia seria útil para trazer a lógica das pressões internacionais para descriminalização e proteção da homossexualidade e das culturas locais. A comparação das diferentes realidades africanas mostrou que a homossexualidade é politizada de diversas maneiras: o homossexual é visto como uma prática dos homens ricos e poderosos que impõem a penetração anal como forma de submissão dos mais fracos em algumas culturas, já, em outros locais, a homossexualidade é associada à feitiçaria e outras forças ocultas em que as pessoas frequentemente marginalizadas se tornaram vítimas de perseguição, dentre outras percepções existentes acerca da homossexualidade (AWONDO, GESCHIERE & REID, 2012).

Por sua vez, o português Garrido (2016) debruça-se sobre o ativismo em prol dos direitos de LGBTI's em contextos hostis, política e socialmente, em países africanos como Kenya e Uganda entre 2009 e 2015. O autor faz uma análise da atuação dos governos desses países e da própria União Africana, bem como analisa documentos como a Carta Africana dos Direitos



Humanos e dos Povos e a própria legislação do Uganda acerca da homossexualidade. De acordo com o autor, o Uganda constitui o rosto mais visível da homofobia patrocinada pelo Estado, por meio da criação de distintas legislações e mecanismos punitivos contra as minorias sexuais, destacando uma cronologia de eventos que evidenciam a homofobia de Estado desde 2009. Tal cronologia deixa evidente a ‘homofobia de Estado’, uma expressão bastante utilizada ao longo do texto, uma concepção conceituada e desenvolvida pelo autor. Uma das novidades deste autor é trazer o *lobby* anti-gay de igrejas evangélicas norte-americanas com líderes, deputados e funcionários do governo ugandês, incluindo o próprio presidente da república. Entretanto, apesar do contexto político-jurídico de hostilidade, o autor destaca a resistência dos movimentos sociais de defesa em prol dos direitos LGBTI’s contra a violência estatal e social, particularmente o ativismo de sites na internet como o *Kuchu Times* e a revista *Bombastic* (GARRIDO, 2016).

Na mesma linha de pensamento de Awondo, Geschiere e Reid (2012), Tamale (2014), Bussoti e Tembe (2014), Garrido (2016) procura desmontar a tese de que a homossexualidade seria uma prática estranha às sociedades africanas, argumentando que a existência de relações entre pessoas do mesmo sexo em África é anterior à chegada dos europeus ao continente e do Cristianismo.

Já Sokari Ekine (2016), feminista, ativista, blogueira e educadora nigeriana, aborda as narrativas contestadoras da África Queer. A autora distingue duas narrativas que dominam o debate sobre sexualidade Queer africanas. A primeira afirma que as sexualidades Queer seriam ‘não-africanas’, baseando-se em fundamentalismos religiosos que insistem na interpretação literal de textos das religiões cristã e islâmica, adotando uma postura culturalmente essencialista que nega a existência da condição de Queer em África. Para os seus defensores, tais sexualidades desafiam normas sociais e culturais africanas e são obra de organizações não-governamentais (ONGs) ocidentais, com propósito imperialista.

Já a segunda narrativa destaca África como lugar de homofobia obsessiva, argumentando que a homofobia africana tem suas raízes nos discursos coloniais acerca da sexualidade africana como sendo desviante e peculiar, num contexto de uma agenda LGBTI contemporânea neoliberal e global que tenta universalizar as normas sexuais e de gênero euro-americanas e brancas. Na ótica da autora, as tensões colocadas por essas duas narrativas apresentam um sério e estratégico desafio para as políticas Queer africanas anticoloniais que estão sitiadas por um lado pelas metanarrativas do imperialismo LGBT e pelos fundamentalismos religiosos e por outro lado pelas construções locais contemporâneas de sexualidade e gênero (EKINE, 2016).



Francisco Miguel (2016) discute as homossexualidades masculinas em Cabo Verde refletindo acerca das convergências e divergências das teorias antropológicas sobre gênero e sexualidade com o movimento LGBT nesse país africano, que apresenta os melhores índices de desenvolvimento humano e se constitui como um dos mais ‘progressistas’. Este autor aponta muitas similaridades da realidade cabo-verdiana com o modelo hegemônico ocidental, no qual os gêneros masculino e feminino são segregados e hierarquizados, distinguindo o comportamento sexual dos ‘homens’ e dos ‘gays’ como ‘ativos’ e ‘passivos’ respectivamente. Neste país, é pressuposto que os homens ajam de forma masculina enquanto gays e travestis articulariam signos femininos. Entretanto, o autor aponta que as lésbicas cabo-verdianas apresentavam comportamentos masculinos e violentos nos seus relacionamentos. O autor encontra expressões linguísticas ofensivas, mas não homofóbicas, contra gays e travestis em Cabo Verde. Aponta como marco a década de 1990, em que, antes dessa década, a homossexualidade era tolerada desde que fosse velada e sem ‘escândalo’ e, após a década, gays e ‘travestis’ passaram a empreender politicamente uma performatividade que desestabiliza o tradicional sistema de gênero cabo-verdiano (MIGUEL, 2016).

Ao discutir as sexualidades dissidentes e a teoria Queer pós-colonial a partir do caso africano, a acadêmica feminista italiana radicada no Brasil e tradutora de obras e artigos desta temática para a língua portuguesa, Caterina Rea (2017), argumenta que África está se delineando como laboratório de produção de práticas e saberes teóricos no campo do feminismo e das sexualidades dissidentes, destacando as produções teóricas de uma nova geração de autores, pesquisadores e ativistas africanos que problematizam as normas sexuais nos países do continente. Conforme a autora, prova disso é a primeira coletânea da teoria Queer africana – o *Queer African Reader* – reunindo contribuições de estudiosos e militantes de diferentes países africanos, na tentativa de romper com a imagem de uma África homogênea do ponto de vista cultural e de práticas sexuais, bem como a representação do continente como homofóbico.

Rea (2017) analisa o trânsito e a circulação da teoria Queer em direção ao Sul Global que se faz presente particularmente em África. Para vários autores pós-coloniais tal trânsito desperta dúvidas, questionamentos e críticas, porque representaria uma imposição e violência epistêmica devido à imposição de lógicas alheias e de formas da organização da vida sexual nem sempre compatíveis com as dos contextos locais. Porém, a autora vê esse processo de circulação de ideias como uma oportunidade para revelar as tensões e conflitos internos inerentes aos contextos pós-coloniais. Dessa forma, ela analisa as influências recíprocas e transformações operadas pelo encontro entre a perspectiva Queer feminista ocidental, de um lado, e do outro a



perspectiva pós-colonial, dos estudos negros e dos estudos africanos. Para a autora, seu texto representa uma oportunidade de reflexão para articular a perspectiva Queer com o pensamento pós-colonial, rejeitando suas versões nacionalistas e identitárias porque estas se mostram incapazes de pensar a riqueza e pluralidade das culturas e das identidades africanas, bem como das expressões e vivências das sexualidades (REA, 2017).

Já Murray e Roscoe (1998) defendem que a homossexualidade existe em África há milênios, sendo uma prática pré-existente à colonização europeia. Entretanto, a prática ganha nome e formas específicas de acordo com cada região e contexto histórico. Por exemplo, nas culturas swahilis da África Oriental, a prática é conhecida como *mashoga*, *mabasha* e *magai*, entre homens e, *wasagaji*, *mkesimume*, entre mulheres. Na perspectiva africana, num estudo pioneiro no Camarões, Gueboguo (2006) aponta a existência histórica de relações homossexuais. Contudo, ressalta que, ao longo do tempo, o objetivo primário da sexualidade em África tem sido a reprodução para a perpetuação dos grupos sociais. Ainda assim, a homossexualidade se encontra cada vez mais visível no cotidiano e não apenas nos processos simbólicos e rituais, como era descrita.

De acordo com Msibi (2014), em muitos contextos africanos, a existência de homossexuais e de outras categorias de indivíduos que se envolvem em relações afetivas com pessoas do mesmo sexo tem sido marcada pela negação brutal e silêncio, voltados para a representação de tais práticas como “estrangeiras e contra Deus”. Os pesquisadores africanos supracitados são unânimes em afirmar que o discurso sobre a homossexualidade em África foi imposto pelo mundo ocidental, visto que as primeiras leis contra a sodomia foram promulgadas pela colonização europeia nos territórios africanos, assim como o ideal de família patriarcal e heterossexual, instituída pelo cristianismo e reforçada mais tarde com o advento do marxismo, movimentos estes que retrata(va)m de forma negativa a homossexualidade.

Após as independências, acontecidas a partir de 1960, a maioria dos governos africanos aproveitou o aparato de leis coloniais europeias e, em alguns casos, tornou-as mais rígidas. Tais leis coloniais europeias acerca da homossexualidade foram legitimadas por missionários, autoridades militares e antropólogos influenciados pelo funcionalismo-estrutural que, em seus escritos, viam no africano qualidades distintas das dos homens de outras culturas. À rigor, muitas vezes, quando relatada por atores europeus, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo nos territórios africanos, eram retratadas em linguagem moralista e medicopsiquiatra: “perversão, inversão sexual, erotismo mórbido, pederastia, práticas contra natura, ocorrência de sexo contrário”. (MURRAY; ROSCOE, 1998, p. xx)



Desse modo, os governos africanos mostraram-se relutantes em discutir acerca da homossexualidade, permanecendo dentro dos padrões europeus de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental seguido por quase todas as sociedades do mundo. Assim, para se compreender as relações homossexuais nos países africanos é necessário relativizar as teorias ocidentais sobre sexualidade, homossexualidade, gênero, estudos sobre mulheres, relações afetivas, casamento, dentre outros, pois tais teorias mostram-se inadequadas para compreender os distintos contextos nacionais e histórico-políticos africanos.

Estudiosos africanos são unânimes em afirmar que o debate sobre a homossexualidade em África foi imposto pelo mundo ocidental europeu, visto que as primeiras leis contra a sodomia nas sociedades africanas foram impostas pela colonização europeia, bem como o ideal de família patriarcal instituído pelo cristianismo e pelo sistema capitalista. Tais leis coloniais europeias sobre a homossexualidade foram legitimadas por missionários, autoridades militares e antropólogos, influenciados pelo funcionalismo-estrutural que, em seus escritos, viam no africano qualidades como “bom selvagem”, “primitivo”, “tradicional”, “viril” e “hipersexual”. Quando relatada por europeus, as relações homossexuais nos territórios africanos eram retratadas em linguagem moralista e medicopsiquiatra: “perversão, inversão sexual, erotismo mórbido, pederastia, contra natura” etc. (MURRAY; ROSCOE, 1998, p. 11).

Tais concepções foram reforçadas após as independências na segunda metade do século XX, assim como o advento do socialismo e capitalismo africanos que retrata(va)m a homossexualidade de forma negativa. Assim, a maioria dos governos africanos aproveitou ou copiou o aparato de leis coloniais europeias, em alguns casos, reformulou-as, tornando-as mais rígidas. Atualmente, os países africanos mostram-se relutantes em discutir sobre a homossexualidade, cujas leis se mantêm estáticas, permanecendo dentro dos padrões vitorianos de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental seguido por quase todas as sociedades. Já os especialistas africanos argumentam que para se compreender as relações homossexuais em África, é necessário abandonar as teorias ocidentais acerca do sexo, gênero, sexualidade e afetividade, porque têm se mostrado inadequadas na compreensão dos distintos contextos africanos.

4. A Colonização Europeia e Árabe e a Penalização das Relações Homossexuais

É fato histórico que as primeiras leis proibindo e penalizando relações homoafetivas nas sociedades africanas foram impostas pelas autoridades coloniais, religiosas cristãs, europeias e



islâmicas. À rigor, muitas constituições, leis, códigos civis e penais vigentes nos países africanos foram herdadas dos governos coloniais europeus ou; foram copiados dos modelos de Estados-nação europeus e norte-americano ou, ou ainda, foram inspirados no marxismo-leninismo do leste europeu e asiático, tendo em comum o fato de terem sua base no modelo de família patriarcal. Ao longo da história, missionários, aventureiros e viajantes apresentaram relatos de casos de homossexualidade, incesto e outras práticas em diversos reinos e impérios africanos, particularmente nas realezas e na classe dos sacerdotes – xamãs, adivinhos, curandeiros e feiticeiros – que aconteciam durante cerimônias rituais e de entronização, entre outros.

Um dos episódios históricos mais interessantes acerca da homossexualidade em África, contudo pouco documentado e abordado, foi o drama vivido pelos “mártires de Uganda” nas mãos do rei Mwanga, entre os finais do século XIX e início do século XX, quando jovens africanos católicos foram torturados, queimados vivos e mortos por ordem do monarca, por se recusarem a manter relações homossexuais com o rei e por rejeitarem renunciar sua fé, num episódio que passo a relatar.

Conforme os padres Gallesio e Bosa (1986), no contexto da expansão do catolicismo no interior do continente africano, em fevereiro de 1878, a Santa Sé confiou à Sociedade dos Missionários de África a tarefa de cristianizar os africanos, abrindo dois centros missionários na região dos Grandes Lagos. Não obstante as diferenças de mentalidade e da resistência num ambiente dominado pelas manifestações religiosas nativas africanas, assim como pela presença do Islã, bem como de momentos de competição e tensão com a comunidade protestante europeia, os missionários católicos conseguiram ganhar confiança do rei Mutesa I que ainda impunha restrições de deslocamento livre pelo reino ou permanência fixa dos missionários longe da residência real.

Tais missões começaram a surtir resultados pouco tempo depois, em 1880, quando os missionários conseguiram estabelecer-se em Buganda – atualmente, parte do estado do Uganda – formando grupos consistentes de cerca de 250 catecúmenos e quando realizaram os primeiros 20 batizados. Entretanto, as relações entre a realeza africana e os missionários eram inconstantes, fazendo os últimos temerem por suas vidas, muitas vezes obrigando-os a abandonar o reino. No reino do Buganda, o tráfico de escravos, os cultos tradicionais aos espíritos dos mortos, particularmente os antepassados da família, os espíritos das grandes forças, os fenômenos naturais, os sacrifícios humanos, a poligamia e as relações homossexuais eram práticas comuns e aceitas desde os tempos remotos, inclusive pela família real. Intermediários especiais, adivinhos,



feiticeiros e curandeiros eram interpelados para consultar as vontades dos espíritos e de outros seres superiores.

Com a morte de Mutesa I, subiu ao trono o jovem rei Mwanga que, para além das leis, tradições e costumes africanos também conhecia, sumariamente, as doutrinas islâmica, protestante e católica. Assim, em 1885, o novo monarca pediu a volta dos missionários ao reino e, pouco tempo depois, o número de cristãos na corte real ultrapassava os 150, entre batizados e catecúmenos. Com o crescimento do catolicismo, os grandes – a realeza, a nobreza, os chefes militares e religiosos – temiam ver seus poderes diminuídos ou perder seus privilégios com uma possível conversão do monarca, visto que a adesão a esta religião implicava na renúncia das tradições e práticas e a consequente adoção de um novo estilo de vida ‘cristão’.

Assim, os membros da realeza incitavam o rei contra os representantes do catolicismo no reino. Vários destes jovens catequizados resistiram às seduções e propostas sexuais do rei, bem como mantiveram-se firmes na fé, recusando a renunciar sua religião. Aos poucos, o rei Mwanga foi convencido que a presença dos católicos era a razão de todos os males no reino, iniciando uma perseguição feroz que terminou com a morte de pelo menos 22 jovens católicos africanos entre 1885 e 1887, torturados, decapitados, queimados vivos e esquartejados, num episódio que ficou conhecido entre os católicos como “os mártires de Uganda”. Com a emergência do Cristianismo como religião predominante nos territórios ocupados pelas potências europeias em África, particularmente na região subsahariana, diversas leis, religiões, tradições, costumes, dentre eles, as relações e práticas homossexuais foram proibidas, tornando-se assunto ‘tabu’, sendo substituídos pelos códigos civis e penais coloniais europeus, bem como pela moral judaico-cristã presente na Bíblia. Na ótica de Cole (1967), tais atitudes e ensinamentos judaico-cristãos dispostos no Velho e Novo Testamentos bíblicos influenciaram e continuam influenciando a moral, os costumes e a vida cotidiana no continente africanos, até aos dias de hoje.

Já o Islã influenciou uma vasta região do continente, primeiro a partir do Egito e do norte de África, entre os séculos VII e XI, sem que estes territórios tenham sido politicamente anexados a nenhum dos grandes estados islâmicos da época. Após os muçulmanos converterem os berberes, os últimos introduziram esta religião no Sul do Sahara, a partir das caravanas que atravessavam o grande deserto em direção às terras mais férteis do Sahel e do Sudão (EL FASI; HRBEK, 2010). A expansão muçulmana pelo continente africano não foi somente religiosa, mas também política, cultural e econômica, na qual os árabes exerceram influência na região norte do continente, no Mar Mediterrâneo e nas costas do Oceano Índico.



As leis aplicadas pelas sociedades islâmicas podem ser entendidas como tendo sido derivadas do Alcorão, livro sagrado e principal fonte do Islã, e da *Sunnah*, segunda fonte que narra a vida do profeta, não sendo possível praticar esta religião sem consultar ambos os textos. Já a *shariah*, um sistema detalhado de leis religiosas, equivale ao direito, procura descrever todos os atos humanos, distinguindo-os entre os permitidos *halal* e proibidos *haram*. Quando interpretada de forma literal, a *shariah* pode-se revelar um sistema de leis bastante repressivo, cuja pena para as relações homossexuais é a lapidação e morte. Além de ser um sistema religioso, o Islã é também um sistema governamental e legislativo, daí que em muitas sociedades islâmicas, o estado e a religião se confundem.

Contudo, em muitos países cristãos e islâmicos, o clero religioso e político se utiliza da religião para controlar a vida dos indivíduos, particularmente das mulheres e de LGBTI's. No norte de África, a chamada “Primavera Árabe”, iniciada em 2011, cujas revoluções foram essencialmente políticas, não trouxe mudanças significativas nos valores ou nos direitos humanos. Mudaram os dirigentes e governantes, mas a cultura desses países não mudou, assim como a vida dos indivíduos, principalmente a vida das mulheres e dos LGBTI's. O peso da religião e da cultura, sobre eles, não diminuiu.

Um estudo *survey* publicado pelo Pew Research Center no ano 2013, intitulado “A Divisão Global sobre a Homossexualidade”, realizado em 39 países dos cinco continentes, com 37.653 indivíduos de ambos os sexos entrevistados entre os dias 1 de março a 1 de maio de 2013, em seis regiões geográficas: América do Norte, Europa, Médio Oriente, Ásia e Pacífico, América Latina e África. A pesquisa mostrava uma enorme variação de opiniões, conforme a região, na questão se “a homossexualidade deveria ser aceita ou rejeitada pela sociedade”, revelando a existência de maior aceitação da homossexualidade em países seculares e, ao mesmo tempo, a existência de uma forte correlação entre religiosidade e opiniões em relação à homossexualidade. Assim, a homossexualidade seria menos aceita nos países onde a religião é central na vida dos indivíduos (PEW RESEARCH CENTER, 2013).

De modo geral, a enquete evidenciava ampla aceitação da homossexualidade na América do Norte, União Europeia e grande parte da América Latina, mas, ao mesmo tempo, a prática era igualmente rejeitada, de forma generalizada, em países islâmicos no Médio Oriente, em África, na Rússia e regiões da Ásia. No continente africano, a rejeição da homossexualidade variava entre 61% a 90% da amostra da população entrevistada, sendo menos rejeitada na África do Sul e mais rejeitada em países como Kenya, Uganda, Ghana, Senegal e Nigéria (PEW RESEARCH CENTER, 2013).



O *survey* concluía que em diversas regiões do continente africano, particularmente, os países predominantemente islâmicos permanecem entre os menos dispostos a aceitar a homossexualidade, cuja porcentagem de rejeição chega próximo dos 100%. Na África subsahariana, nove em cada dez pessoas na Nigéria (98%), Senegal (96%), Gana (96%), Uganda (96%) e Quênia (90%) afirmaram que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade. Mesmo na África do Sul, onde, ao contrário de muitos outros países africanos, as relações homossexuais são legais e discriminação baseada na orientação sexual constitui crime e é inconstitucional, cerca de 61% dos inquiridos afirmaram que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade, enquanto que apenas 32% declararam que esta prática deveria ser aceita (PEW RESEARCH CENTER, 2013).

Conforme Serena (2014), cerca de 60% dos países membros da ONU aboliram a legislação que penaliza os atos sexuais consentidos entre adultos do mesmo sexo, mas os continentes asiáticos e africanos são aqueles onde persistem as leis mais repressivas. Durante as primeiras décadas do século XX, o norte de África teria sido um ‘paraíso’ para muitos europeus em busca da liberdade sexual, que fugiam da Europa puritana, como bem aponta a existência de matrimônios homossexuais seguindo o ritual islâmico, práticas estas posteriormente proibidas pelas autoridades coloniais europeias nesses países (SERENA, 2014).

Desta forma, a homossexualidade continua sendo proibida em 38 dos 54 países africanos, com o argumento de que se trata de uma perversão importada do Ocidente. Na maioria das vezes, aqueles que defendem a criminalização das relações homossexuais em África argumentam que a prática tem causas externas no continente, tendo sido introduzida pelo mundo ocidental europeu e sua influência cultural. Assim, em diversos países africanos, têm-se noticiado situações de preconceito e discriminação, bem como perseguição, exclusão, violência e até morte de cidadãos por conta da orientação sexual. E, muitas vezes, os homossexuais são obrigados a refugiar-se em aldeias no interior dos estados, em países europeus ou da América do Norte.

5. A Sexualidade e a Homossexualidade em África e a Luta Pelos Direitos Sexuais

Autores e pesquisadores africanos chamam atenção para o modo *suis generis* como a sexualidade é vivenciada no continente, particularmente, ligada à ideia do “cuidado do outro” e “da responsabilidade” que os sujeitos têm com o corpo e sexo, como também, ressaltam o fato da sexualidade estar ligada aos fins de reprodução dos indivíduos. É fato incontestável que a dimensão da procriação está bastante presente nas culturas e cosmologias africanas. De fato, a maneira



como a sexualidade é experienciada em África – conforme o país, grupo étnico ou grupo religioso – apresenta-se distinta do modo de como ela é vivenciada na Europa, nos EUA ou no Brasil, em que os valores a ela atribuídos e seus códigos seriam totalmente diferentes. Estas seriam algumas das razões para a resistência às relações homossexuais, tidas como influência ocidental. Estes pesquisadores também ressaltam o fato de as sociedades africanas serem extremamente comunitárias e repressivas, colocando, em primeiro lugar, os direitos coletivos e deveres do indivíduo perante a sua comunidade e, somente depois, os direitos individuais ou pessoais.

Ao abordar a relação entre pessoa e comunidade no pensamento africano o filósofo ganês Kwame Gyekye (2002) faz um debate filosófico sobre os aspectos normativo da pessoa e a comunidade no pensamento africano. Este autor tenta explorar questões que incidem sobre a personalidade e comunidade no contexto africano e como os conceitos são apresentados e entendidos na cultura africana. Partindo de intelectuais e políticos africanos como John Mbiti, Ifeanyi Menkiti, Leopold Senghor, Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e de suas pesquisas no grupo etnolinguístico *Akan*, Gyekye (2002) aponta distintos argumentos que corroboram com a ideia de que as sociedades africanas seriam marcadamente comunitárias. Isto é, que elas colocam mais pressão sobre o grupo do que sobre o indivíduo e que tal seria uma das marcas da africanidade. Na sua ótica, aspectos comunais ou comunitários são refletidos nas características comunitárias das estruturas sociais das sociedades africanas. Tais aspectos, não são apenas marcantes, mas são características definidoras dessas culturas. O senso de comunidade que caracteriza as relações sociais entre os indivíduos constitui uma consequência direta dos arranjos sociais comunitários. Assim, o ethos comunitário estaria subjacente às estruturas sociais africanas.

Apesar disso, Gyekye (2002) reconhece que é possível que os indivíduos assumam sem constrangimento que com sua ênfase em valores comuns, bem coletivo e fins compartilhados, o comunitarismo conceba a pessoa inteiramente constituída por relações sociais que tendem a reduzir gradualmente a autonomia moral da pessoa, fazendo o ser e a pessoa individual ficarem totalmente dependentes das atividades, valores, projetos, práticas e exageros da comunidade. Consequentemente, isso diminui sua liberdade e capacidade de escolha, questionamento ou reavaliação dos valores comuns à comunidade. O autor chama atenção para a necessidade do exame crítico e cuidadoso dessa concepção comunitarista.

Ao analisarmos a suposta dimensão comunitária ‘excepcional’ africana, percebemos que essa contrasta com cosmovisão Ocidental, mais centrada no indivíduo ou nos valores individuais,



em que o corpo, a sexualidade e a vida íntima dizem respeito apenas ao indivíduo, em si. Assim, nas sociedades africanas, os valores, recurso e o corpo do indivíduo pertenceriam à comunidade, ou seja, a sexualidade tem a ver com um projeto comunitário, muito mais do que com o desejo individual. E os indivíduos teriam mais deveres do que direitos, diante de suas comunidades. Já no Ocidente, a sexualidade é um vetor de individualização, cuja dimensão predominante é a do prazer. Nessas civilizações, a sexualidade não engendra um compromisso comunitário. Entretanto, a visão acima apresentada pode incorrer no ‘excepcionalismo africano’, isto é, a crença de que as nações africanas são qualitativamente diferentes das outras no mundo.

Até o momento, a lógica do cerceamento e o discurso de inexistência das minorias sexuais é predominante no continente africano. Assim, os pesquisadores e ativistas ocidentais questionam: se não há LGBTI’s em África, por que proibir, criminalizar e penalizar algo que não existe? Por que a homossexualidade tem sido tão invisível aos olhos dos pesquisadores africanos? Ao proibir as relações homossexuais, estariam os estados africanos, *a priori*, se antecipando, preventivamente, à sua existência, como forma de profilaxia? Porque as relações HSH, independentemente de como se identifiquem, têm sido ignoradas nas campanhas de prevenção do HIV/Aids?

A rigor, em África, as vidas de LGBTI’s são marcadas por insultos, humilhações, expulsão de suas famílias, exclusão do mercado de trabalho, agressão verbal, física e sexual. Bem como ameaças de morte, chantagens e extorsões por parte de vizinhos ou de policiais. Normalmente, os sujeitos LGBTI’s vivem às margens das sociedades onde estão inseridos, alguns contraem infecções sexualmente transmissíveis por falta de informações ou porque não sabem ler e escrever ou, ainda, devido à ausência de educação sexual nas escolas e nas famílias. Outros são condenados à duras penas de prisão ou a penas de morte por governos e regimes ditatoriais, autoritários e totalitários, sem saber que crime cometeram. No cotidiano, muitos LGBTI’s são assediados pelas famílias, amigos, desconhecidos, mas também nas escolas, igrejas, comunidades, pelos meios de comunicação e por governos. Serena (2014), bem descreve a situação destes sujeitos no continente:

Ser gay, trans, bissexual, o intersexual em África puede significar ir directo a la cárcel; pena de muerte, ser agredido sexualmente, verbalmente, ser humillado, ridiculizado, expulsado de la familia, amenazado, extorsionado; sufrir chantaje, exclusión y marginación social... Las personas que forman, a menudo sin ser conscientes, la comunidad LGBT son ahora mismo más débiles del continente más débil. Son tan vulnerables que nadie se atreve a darles su apoyo, muchas veces ni las ONG internacionales. En cambio, son asediadas diriamente por gobiernos, sociedade civil, Iglesia, familiares, amigos, conocidos, médios de comunicación... La beligerância es extrema em la escuela, em la calle y em salón de casa (SERENA, 2014, p. 12-13).



De fato, muitos pais acreditam que seus filhos são homossexuais porque foram abusados na infância ou porque tem algum transtorno mental, outros creem que seus filhos são pecadores, pervertidos ou foram alvos de feitiçaria e da ação de maus espíritos. Já outros encaminham seus filhos a curandeiros, igrejas, pastores, sheiks e outros terapeutas, então são submetidos a rituais de purificação, de expulsão de maus espíritos e de cura da homossexualidade. Os mais ‘modernos’ encaminham os filhos para psicólogos e psiquiatras, que os submetem a medicações de todo o tipo.

De longe, as relações afetivas entre lésbicas parecem ser mais toleradas que a homossexualidade masculina, pois parecem ser aplicadas penas mais leves às mulheres em relação a dos homens, normalmente são sujeitas a multas e prisão por tempos mais curtos. Entretanto, em algumas sociedades ocorrem violações sexuais ‘corretivas’ infligidas às lésbicas, visando a conversão à heterossexualidade. As sociedades africanas são caracterizadas pela desigualdade sexual e de gênero, as mulheres circulam entre as famílias patriarcais. Assim, muitas mulheres são impedidas de estudar e de trabalhar fora do lar, não têm direito à terra ou à herança familiar, não têm direito ao divórcio e não podem recusar uma proposta de casamento, havendo grandes pressões para que as mulheres se casem. As mulheres sem filhos têm ainda menos direitos do que aquelas com filhos.

Em diversos países, os casamentos prematuros, casamentos arranjados, uniões forçadas com homens mais velhos e casamentos após o estupro ainda são práticas socialmente aceitas, assim como a excisão ou mutilação genital feminina parcial ou total, deixando apenas um orifício para a saída da urina e do fluído menstrual, que retiram à mulher o direito ao prazer e satisfação sexual. Para além do trauma, esta prática pode também provocar infecções, hemorragias, complicações durante o parto e, em alguns casos, a morte. Para muitos homens, em uma relação, ser trocado por uma mulher é considerado um insulto supremo e, para elas, pode significar a morte (SERENA, 2014).

Poucas mulheres conseguem associar-se a uma comunidade ou frequentar espaços LGBTI’s como fazem os gays. Dessa forma, muitas mulheres lésbicas adotam como estratégia de sobrevivência declarar que são bissexuais, casando-se com homens para agradar a família ou, quando têm sorte, casam-se com um amigo gay. Outras casam-se com homens polígamos, conscientes de que não terão que estar sempre disponíveis para o marido. Dessa forma, a situação das LGBTI’s em África mostra a existência de um dilema a ser resolvido pelos próprios africanos. Muitas vezes, tal dilema implica a discussão entre os direitos individuais e os direitos coletivos.



6. Percepções e Discursos de Africanos Residentes no Brasil

Neste segmento abordo as percepções e discursos acerca da homossexualidade entre os africanos residentes em Fortaleza, capital do Ceará, na região nordeste do Brasil, utilizando dados da minha pesquisa entre 2013 e 2016. Esta foi realizada com africanos de ambos os sexos, na sua maioria jovens oriundos das diversas nações e grupos étnicos subsaharianos, pertencentes à grande família etnolinguísticas bantu. Nessa comunidade, a sexualidade mostrou-se um campo importante de descobertas (LANGA, 2016).

Durante cerca de quatro anos, desenvolvi pesquisa qualitativa com africanos, utilizando a observação etnográfica, com recurso às técnicas de entrevistas abertas e registro no caderno de campo. Nesse contexto, entrevistei mais de uma dezena de africanos – oriundos de Angola, Cabo-Verde, Congo-Kinshasa, Guiné-Bissau, Nigéria, São-Tomé e Príncipe e, Togo – abordei diversos assuntos sobre seus modos de vida nas suas sociedades de origem em África e, depois, no Brasil. Além da sexualidade, a questão da homossexualidade foi um dos assuntos debatidos. Contrariamente ao que eu esperava, os entrevistados revelam interesse em debater sobre o assunto, contando situações acontecidas em África e no Brasil, apresentando distintas representações sobre a prática (LANGA, 2018).

Grande parte dos africanos negava a existência da homossexualidade e de homossexuais em seus países de origem, a partir de expressões como “eu nunca vi”, “não tem isso”, “eu não conheço” ou, ainda, “eu nunca ouvi falar”. Ao abordar essa questão, durante entrevista com um cidadão são-tomense, residente em Fortaleza há mais de sete anos, percebi o discurso predominante da inexistência da homossexualidade em África:

[Você já foi paquerado por pessoas do mesmo sexo?] Já, já. Já... nos princípios quando... umas das primeiras festas africanas, quando eu cheguei, eu fui. Porque em São-Tomé não tem esse negócio de viado, mesmo se tiver, eu nunca vivenciei. Eu soube desse negócio de gay aqui no Brasil. (Entrevista com cidadão são-tomense, Fortaleza, 16 nov. 2014)

Entretanto, os mesmos que afirmam a inexistência desta prática no continente, admitem a existência de expressões, palavras ou nomes, muitas vezes pejorativos, que designam os homossexuais ou as relações entre pessoas do mesmo sexo. Em países como Guiné-Bissau e Cabo Verde a homossexualidade recebe os nomes – de *naghaná* entre os bissau-guineense e *n'tchinda* e *patchitcha* entre os cabo-verdianos – muitas vezes, alusivos ou em referência à personagens famosos que assumiram publicamente envolver-se afetivamente com outras pessoas do mesmo sexo. Já em Angola, os homossexuais são chamados de *panina*, em Moçambique são utilizadas expressões portuguesadas como *maria-rapaz* e *maricas*, mas também são usadas



expressões pejorativas como *panilas* e *panhuleiro* para nomear homossexuais. E, no Togo, país da África Ocidental, é utilizada uma sigla ou abreviatura pejorativa francesa, denominada *PD*. Nesse cenário, poucos africanos admitem a existência de homossexuais de forma aberta e clara, num contexto marcado pelo tabu, preconceito e, algumas vezes, pela violência praticadas pelas famílias e comunidades, por conta da orientação sexual. O depoimento seguinte constitui exceção entre os africanos.

Lá em Cabo Verde eu me lembro, tinha, tem né, tem gays, tem travestis. A gente é porque Cabo Verde sempre tentou ser aquela coisa, um país mais liberal, fica. Mas o cabo-verdiano também tem seus preconceitos, mas lá eram poucos, mas assim, a gente fazia... é um tipo de preconceito também, é... muito... como é que eu posso dizer, absurdo tão quanto outros, mas de tirar onda assim, de levar isso na brincadeira, chacota, tá entendendo. De... olhar pra pessoa assim... rindo assim sabe, como se fosse uma coisa..., como se diz a expressão, tipo uma coisa é... sobrenatural que a gente vai olhar pra isso sempre rindo, que tão cômica, tão hilária. Não, nunca presenciei cenas de violência em Cabo Verde, mas eu escutei, mas eu escutei, não de morte. Uma vez, um cara tava paquerando outro aí o cara machão, ele foi lá e bateu nele porque ele não devia olhar pra ele. (Entrevista com cidadão cabo-verdiano, Fortaleza, 23 abr. 014)

Nesse mesmo contexto, outro africano relatava um cenário parecido vivenciado pelas LGBTI's na nação vizinha Guiné-Bissau, seu país de origem.

Mas nunca me passou assim, nunca cheguei a pensar que... nunca cheguei a pensar: não que isso é verdade. Eu pensava que é só uma fantasia sexual e prontos. Não, é algo, eu pensava que é tipo uma brincadeira. Porque lá na Guiné o pessoal falava ah, tu és uma maricona, tu és maricas, tu és panhuleiro, essas coisas assim. Mas é encarado como brincadeira, não é nada sério. E, e, as telenovelas brasileiras que eu assistia e via, os gays essas coisas. E eu encarava como brincadeira. Já, eu encarava como brincadeira. E, pra mim não passava de um..., tava muito distante, do mero papel teatral, não passava daquilo ali, entendeu. Essas pessoas gays, essas aí, não, na verdade quando você é gay, as pessoas percebem que você é gay te batem e muito. Inclusive tem um caso que o pessoal comenta muito do Ivan, o pessoal até chama ele de Shakira. O pessoal manga dele, né como se diz aqui, lá em Guiné se diz abuso. Ivan é um menino guineense que... que nasceu já com esta predisposição de ser gay, entendeu. Então... ao longo do tempo foi crescendo e... foi revelando essas características né. E, e o povo não gostava batiam nele e... e os pais também não aceitaram isso. Mandaram-no pra tabanca, Tabanca que nós dizemos é interior. Pronto, mandaram-no pra *tabanca*, pra o interior pra fazer lavoura e depois virar um *naé*. *Naé* são, pronto, em Guiné existem uma luta tradicional que se faz de tribo a tribo. Então, essa luta se chama *Tchipirô*, essa *tchipirô*, os *naés* fazem parte. Os *naés* são os lutadores pertencentes à etnia balanta. Então, levaram-no como ele era da etnia balanta, levaram-no pra o sul do país e, pra fazer aquele trabalho, pra ficar, pra parecer homem, entendeu. (Entrevista com cidadão bissau-guineense, Fortaleza, 23 set. 2013)

À rigor, quando questionados sobre a homossexualidade em África, muitas vezes, os africanos afirmam a inexistência dessa prática, remetendo-a países ocidentais e ao Brasil, algumas vezes em tons preconceituosos e discriminatórios. De fato, a maioria afirma que “nunca viu” homossexuais e, em seguida, descrevem um vizinho, um conhecido, um artista, um



personagem famoso de seu país de origem que apresentava comportamento afetivo-sexual e um estilo de vida tido como desviante.

[Lá na Guiné-Bissau, você se lembra de ter visto pessoas que gostavam ou se sentiam atraídas por outras do mesmo sexo?] Pronto. Eu não vi, mas disseram que tem. Mas eu vi um cara, eu conheço um cara. Na verdade, é um vizinho meu, é uma mulher na verdade Na, nome dela é Na. É uma mulher né [...]. Mas desde pequena já jogava com os homens, não queria ter peito né, mamas, não queria..., não fazia nada que, que uma menina na Guiné faz ou fazia. Ela jogava bola, fazia isso, fazia aquilo, tentava esconder as mamas porque estavam a apontar. Cortava os cabelos, fazia... Ela não fazia tranças já como as outras meninas. Já ela rapava, fazia tudo... fazia uma quebra-cabeça. E fazia... ela era mais ou menos isso. E ela gostava de futebol, é mais parecido com... não faz nada que uma menina faz, não se veste como uma menina. Mais aproximada com os homens, passava todo o tempo conosco, discutia futebol conosco, assistia conosco, jogava conosco, fazia tudo conosco. Então, eu quando cá cheguei né, eu me lembrei dessa menina. Eu falei: poxa, se essa menina estivesse no Brasil, seria sapatão. (Entrevista com cidadão bissau-guineense, Fortaleza, 23 set. 2013)

Eu conhecia de nome, assim, uma menina que era filha do presidente, que ela era lésbica. Então ela saía com meninas assim. Não lembro do nome dela, mas eu sabia que ela andava por aí, porque o pessoal falava dela. E tem uns dois meninos que passavam na minha rua, eles se vestiam diferente porque, vestiam um estilo assim, eles usavam umas roupas, não seria roupas de mulher, mulher assim. Mas eles gostavam..., tinham um estilo meio efeminado assim. Eles passavam e a gente olhava. Eles não falavam com ninguém, não sei donde é que vinham porque eles apareceram no bairro do dia pra noite assim, porque eles andavam na avenida, iam e voltavam. Eles passavam e eu olhava: — esses caras têm alguma coisa assim. Aí, não, eles são gays. (Entrevista com cidadão togolês, Fortaleza, 28 mar. 2014)

As falas acima revelam a existência de diversidade sexual no continente africano: pessoas que se sentem atraídas por outras do mesmo sexo; indivíduos de ambos os sexos com orientação sexual e de gênero distintas; outras que se sentem presas em corpos masculinos e femininos e que preferem roupas, calçados e estilos de vida do sexo oposto, dentre outros. Suas interações afetivas são muitas vezes veladas, não assumidas em público devido à repressão.

7. Considerações finais

Cabe esclarecer neste texto que, o que interessa ao pesquisador, não é saber ou provar a existência ou não da homossexualidade em África, mas compreender o contexto da emergência dos discursos sobre ela e como são percebidas as relações homossexuais nas nações e nas culturas africanas. As sociedades africanas vivenciam paradoxos no que diz respeito aos direitos humanos, os quais, muitas das vezes, os governos não conseguem garantir aos cidadãos: direito à vida, educação, saúde, segurança, acesso a água potável, liberdade religiosa e sexual. Tais sociedades deparam-se com verdadeiros dilemas, entre respeitar os direitos individuais da pessoa humana, os direitos de liberdade, crença, identidade, religião, orientação sexual e/ou respeitar os direitos coletivos consuetudinários, como os direitos comunitários de dispor de seus recursos e



de suas próprias leis e costumes. Muitas das vezes, o preconceito, a ignorância e os costumes arraigados nas sociedades e nas culturas fazem com que a igualdade de gênero e de direitos entre homens e mulheres seja vista como um perigo a autoridade e poder dos homens. Assim, em diversas sociedades se construiu a ideia de que a mulher é inferior e que os homossexuais são um perigo à masculinidade. Numa realidade marcada por conflitos fronteiriços, étnico-religiosos, genocídios, disputas pelo poder e por recursos naturais e minerais, fica difícil falar acerca de direitos humanos em África, sejam eles quais forem. Os debates públicos recentes têm sido enviesados pela mídia e por discursos acirrados de políticos e governantes criminalizando os homossexuais e a homossexualidade, muitas vezes em busca de maiores tiragens e votos. Por outro lado, pesquisadores africanos apontam o ‘excepcionalismo’ de suas sociedades, argumentando que os outros autores têm procurado compreender a sexualidade e a homossexualidade em África com ‘lentes’ ocidentais. Tais disputas impedem um debate esclarecedor, invisibilizando os gêneros e práticas sexuais dos africanos, sejam elas homossexuais ou heterossexuais. Ser gay ou lésbica é um direito individual e algo pessoal entre as diversas formas de viver a sexualidade para milhares de africanos. A harmonia nas sociedades africanas só será possível com igualdade de gênero e de direitos. Já entre os africanos residentes na cidade de Fortaleza, Ceará, no nordeste brasileiro, verifiquei que estes conviviam “pacificamente”, “de boa”, com gays e lésbicas brasileiros, nunca se mostrando homofóbicos, tendo-os como vizinhos, inclusive partilhando utensílios domésticos em um prédio de quitinetes. Entretanto, quando a temática da homossexualidade era abordada durante as entrevistas, esses sujeitos rejeitavam-na, mostrando-se contra a prática sexual.

Referências

AMNESTY INTERNATIONAL. *Rule by Law: discriminatory legislation and legitimized abuses in Uganda*. London: Amnesty International, 2014.

AWONDO, P.; GESCHIERE, P.; REID, G. Homophobic Africa? Toward a more nuanced view. *African Studies Review*, Cambridge, v. 55, n. 3, p. 145-68, 2012.

BUSSOTTI, Luca. TEMBE, António. A Homossexualidade na Concepção Afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre a libertação e opressão. *Revista Ártemis*, vol. XVII, nº 1, jan. /jun., 2014, pp.15-24.

COLE, W. *Sexo e amor na Bíblia*. Tradução de Aydano Arruda. São Paulo: Ibrasa, 1967.



- EKINE, S. Narrativas Contestadoras da África Queer. Tradução de Caterina Rea. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 10-14, 2016.
- EL FASI, M.; HRBEK, I. O advento do Islã e a ascensão do império muçulmano. In: EL FASI, M.; HRBEK, I. (eds.). *História Geral da África, III: África do século VII ao XI*. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 39-68.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Inversão sexual entre os Azande. Tradução de Felipe Fernandes. *Revista Bagoas*, Natal, n. 7, p. 15-30, 2012.
- GALLESIO, L.; BOSA, D. *Os Mártires do Uganda*. 2. ed. São Paulo: O Recado Editora, 1986.
- GARRIDO, R. Ativismo LGBT num Campo Político Hostil – uma leitura dos movimentos ativistas no Uganda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 31, p. 95-114, 2016.
- GUEBOGUO, C. *La Question Homosexuelle em Afrique: le cas du Cameroun*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- GYEKYE, K. Person and Community in African thought. Tradução de Augusto de Araújo Faria. In: COETZEE, P.; ROUX, A. (eds.) *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002. p. 297-312.
- HOAD, N. *African Intimacies: Race, homosexuality, and Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- LAMBDA. *Estudo sobre Vulnerabilidade e Risco de Infecção pelo HIV entre Homens que fazem sexo com Homens na Cidade de Maputo*. Maputo: LAMBDA, 2010.
- LAMBDA. *Atitudes perante a Homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula*. Maputo: Lambda, 2013.
- LANGA, E. Diáspora Africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africanos(as) em Fortaleza. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Braga, v. 2, n.1, p. 102-122, 2016.
- LANGA, E. Imigrantes Africanos, Mulheres Brasileiras e LGBTTQI+ na cidade de Fortaleza. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-26, 2018.
- MIGUEL, F. (Homo)sexualidades Masculinas em Cabo-Verde: um caso para pensar teorias antropológicas e movimento LGBT em África. *Enfoques*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 87-110, 2016.
- MOTT, L. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 9-33, 2005.
- MSIBI, T. É teorização atual sobre a sexualidade do mesmo sexo relevante para o contexto africano? A necessidade de mais vozes africanas em teorizar o desejo pelo mesmo sexo na África. *Jornal Pambazuka News*, Oxfordshire, 16 mar. 2014. Questões LGBT em África. Disponível em: <https://bit.ly/39B54WY>. Acesso em: 16 mar. 2014.



MURRAY, S.; ROSCOE, W. (orgs.). *Boys-wives and female Husbands: Studies in African homosexualities*. New York: Palgrave, 1998.

PEW RESEARCH CENTER. The global divide on homosexuality. Greater acceptance in more secular affluent countries. *Pew Research Center*, Washington, 4 jun. 2013. Global. Disponível em: <https://pewrsr.ch/2L2oh9V>. Acesso em: 23 jun. 2015.

REA, C. Sexualidades Dissidentes e Teoria Queer Pós-Colonial: o caso africano. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2017.

SERENA, M. *¡Esto no es africano!* De el Cairo a Ciudad del Cabo a través de los amores prohibidos. Valencia: Editorial Xplora, 2014.

TAMALE, S. Erotismo, Sensualidade e Segredos de Mulheres entre as/os Bagandas. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (orgs.). *Questões de Sexualidade: ensaios transculturais*. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p. 175- 190.

TOURAY, I. A Sexualidade e os Direitos Sexuais das mulheres na Gâmbia. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (orgs.). *Questões de Sexualidade: ensaios transculturais*. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p. 155-166.

